

# EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NA PREVENÇÃO À VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA A MULHER

Ludmila Fontenele Cavalcanti  
Daniel de Souza Campos

## Introdução

Os estudos sobre a violência de gênero constituem-se em um campo teórico-metodológico fundado a partir das reivindicações do movimento feminista brasileiro e internacional. De acordo com Corrêa (2018), gênero e sexualidade, consideradas dimensões centrais da vida social, têm sido parte importante do debate político numa intrincada arena de disputas.

De acordo com Pougy (2022),

[...] o fenômeno da violência sexual é corolário de uma organização social patriarcal, racista e classista, que alimenta o mandato da masculinidade e a guerra contra as mulheres. Isso se manifesta por meio de uma pedagogia da crueldade, capaz de banalizar e de tornar naturais relações de poder misóginas. (POUGY, 2022, p. 7)

A violência sexual, uma das manifestações da violência de gênero mais cruéis e persistentes, é considerada um fenômeno multifacetado, com raízes histórico-culturais, articulado às dimensões étnico-raciais, de classe e de geração (DAVIS, 2016). A violência sexual contra a mulher envolve controle, dominação e subordinação da sexualidade da mulher nas relações de gênero que evidenciam a hierarquia e as desigualdades sexuais. No Brasil, a violência sexual, uma das violações dos direitos sexuais, é considerada como qualquer forma de atividade sexual não consentida (BRASIL, 2013a). O direito a uma vida sexual satisfatória e livre de violência, coerção, risco de gravidez não desejada e de não adquirir doença, é um dos direitos sexuais e reprodutivos mais básicos da mulher.

O conceito de violência sexual compreende uma variedade de atos ou tentativas de relação sexual sob coação ou fisicamente forçada no casamento ou em outros relacionamentos (OMS, 2002). Nestas, como em outras definições, a violência sexual é referida a relações sexuais não consentidas no domínio do corpo e da sexualidade, especialmente a feminina.

A violência sexual perpetrada contra a mulher pode causar morte e incapacidade com maior prevalência entre as mulheres em idade reprodutiva; acontece nas diferentes etapas do ciclo de vida; anula a autonomia da mulher e mina seu potencial como pessoa e membro da sociedade, além de provocar repercussões intergeracionais.

As ações violentas são produzidas em diferentes espaços relacionais, envolvem dominação permanente e ocorrem em cenários sociais não uniformes. As manifestações dessa violência se inserem numa cultura, onde as maneiras como as mulheres vêem a si próprias e como são vistas são fatores importantes no reforço ao controle da sexualidade, às discriminações e aos preconceitos de gênero.

A violência sexual contra a mulher é uma grave violação dos direitos humanos, causando consequências físicas, sociais, econômicas, sexuais, mentais, imediatas e de longo prazo, além de se constituir num obstáculo à sua plena participação na sociedade. As consequências negativas atingem não apenas as mulheres, mas também suas famílias e suas comunidades. Os custos são enormes e envolve gastos relacionados à saúde, assistência jurídica e perdas de produtividade, impactando nos orçamentos nacionais e no desenvolvimento geral do país.

De acordo com o Anuário Brasileiro de Segurança Pública (FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2023), em 2022, observou-se o maior número de registros de estupro e estupro de vulnerável da história, com 74.930 vítimas. Estes números correspondem aos casos que foram notificados às autoridades policiais e, portanto, representam apenas uma fração da violência sexual experimentada por mulheres e homens, meninas e meninos de todas as idades. Em relação ao ano de 2021 a taxa de estupro e estupro de vulnerável cresceu 8,2% e chegou a 36,9 casos para cada grupo de 100 mil habitantes. Cabe destacar que as estatísticas sobre violência sexual se baseiam nas situações que foram registradas, embora haja invisibilidade e subnotificação desse fenômeno.

Durante a pandemia por COVID 19, em um contexto de emergência, houve um aumento dos riscos de violência contra mulheres, nas suas variadas formas, devido ao aumento das tensões em casa e ao isolamento das mulheres. As mulheres em situação de violência enfrentaram obstáculos adicionais para fugir de situações violentas ou acessar as proteções e serviços essenciais devido a restrições ao movimento em quarentena. O impacto econômico da pandemia também criou barreiras adicionais para a proteção das mulheres, ampliando suas vulnerabilidades. As medidas de confinamento também aumentaram a exposição das mulheres às situações de violência sexual no âmbito intrafamiliar que podem redundar num incremento das gestações não desejadas (CEPAL; UNFPA, 2020).

O reconhecimento da violência contra a mulher como uma das expressões da violência de gênero e com uma questão de interesse público requer o envolvimento de toda a sociedade para reduzir a sua incidência.

Observa-se ainda a ausência da abordagem sobre as violências sexuais na formação dos profissionais de saúde responsáveis pela abordagem do tema no âmbito dos diferentes serviços.

É nesse contexto que o “Grupo de Pesquisa e Extensão Prevenção da Violência Sexual”, integrante do “Núcleo de Políticas Públicas, Identidades e Trabalho”, vinculado à Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), vem realizando diferentes atividades no campo da prevenção da violência sexual desde os anos 2000.

O Grupo de Pesquisa e Extensão tem como objetivo produzir conhecimento e dar visibilidade ao tema da prevenção da violência sexual, contribuindo para a formação e qualificação de profissionais e gestores das diferentes políticas públicas na atenção às mulheres em situação de violência sexual e a consequente qualificação da atenção às mulheres em situação de violência sexual.

Assim, tomando como referência as estratégias de enfrentamento à violência sexual no contexto brasileiro, pretende-se analisar a trajetória de consolidação da extensão universitária na área da prevenção à violência sexual contra a mulher na UFRJ, apontando a

contribuição do “Grupo de Pesquisa e Extensão Prevenção da Violência Sexual” e os desafios colocados à formação profissional.

## **Estratégias de enfrentamento à violência sexual no contexto brasileiro**

De acordo com Pasinato e Ávila (2021), a literatura especializada fomenta uma perspectiva de políticas preventivas em três vertentes: primária, secundária e terciária. As políticas de prevenção primária, nomeadas como prevenção, são aquelas voltadas para as causas primordiais da violência de gênero na sociedade como um todo, relacionadas a papéis estereotipados de gênero e ao disciplinamento das mulheres. Já as políticas de prevenção secundárias se referem às intervenções precoces e têm como alvo indivíduos pertencentes a grupos de risco, evitando o seu agravamento. Já a prevenção terciária engloba intervenções de longo prazo para mitigar os impactos da violência e prevenir a sua reincidência, tendo em vista o caráter usualmente cíclico da violência de gênero.

Em decorrência das Conferências Mundiais da Organização das Nações Unidas para a construção de uma agenda social para o século XXI e da incorporação do tema da violência de gênero nas Convenções, que resultaram das Conferências, é crescente o reconhecimento de que a violência contra as mulheres é uma preocupação legítima dos governos de diferentes países, pois constitui uma violação dos direitos humanos, um problema social e de saúde pública, e que tem um impacto econômico importante nos países.

No caso brasileiro, a violência sexual contra a mulher tem sido enfrentada de forma transversal com intersetorialidade nas políticas públicas. Desde 2003, a Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM) vem atuando no enfrentamento à violência contra a mulher tendo por base a Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres (SPM, 2011), estruturada a partir do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (BRASIL, 2013b), abrange o apoio a serviços especializados; capacitação de agentes públicos para prevenção e atendimento; incentivo à articulação dos poderes públicos para constituição de atendimento multidisciplinar em rede; apoio a projetos educativos e culturais de prevenção à violência; e ampliação do acesso das mulheres aos serviços de Justiça e à Segurança Pública.

Essa abrangência é retratada em diferentes documentos e leis publicadas neste período, a exemplo dos Planos Nacionais de Políticas para as Mulheres, a Lei Maria da Penha, a Política e o Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, as Diretrizes de Abrigamento das Mulheres em situação de Violência, as Diretrizes Nacionais de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres do Campo e da Floresta, Norma Técnica do Centro de Atendimento à Mulher em situação de Violência, Norma Técnica das Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher.

A noção de enfrentamento que vem sendo adotada nos Planos Nacionais não se restringe apenas à questão do combate, mas compreende também as dimensões da prevenção, da assistência e da garantia de direitos das mulheres. O enfrentamento nessa perspectiva requer a ação intersetorial das áreas envolvidas com a questão (saúde, segurança pública, justiça, educação, assistência social, entre outras).

O tema da violência sexual vem, por um lado, alcançando a visibilidade necessária na formulação da política pública de saúde, e por outro, deparando-se no âmbito do

planejamento e organização dos serviços com a complexidade ainda não dimensionada de culturas institucionais distintas, programas diferenciados e atores sociais variados.

Nesse processo, destaca-se a construção da Norma Técnica Prevenção e Tratamento dos Agravos Resultantes da Violência Sexual Contra Mulheres e Adolescentes (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2012), que buscou organizar a atenção nos serviços públicos, normatizar o atendimento clínico, os cuidados médicos e de enfermagem, a coleta de material para identificação do agressor, a anticoncepção de emergência e a prevenção de infecções sexualmente transmissíveis. Também regulou a realização dos exames laboratoriais, o fornecimento de medicação, o apoio psicológico e os procedimentos para interrupção da gravidez. Essa Norma Técnica vem sendo traduzida para os serviços de saúde sob o formato de protocolo, ou seja, um plano escrito que define, para uma realidade específica, os procedimentos que devem ser seguidos para identificar e responder apropriadamente às vítimas de violência sexual.

A incorporação diferenciada dos parâmetros sugeridos pela Norma Técnica (BRASIL, 2012) decorre da trajetória de consolidação dos serviços, da inserção diversificada dos profissionais e gestores, na qual o processo de qualificação pode contribuir para ampliação e qualidade dos serviços prestados (CAVALCANTI ET AL, 2012).

É necessário um esforço permanente de promover a integração e articulação dos serviços e instituições de atendimento às mulheres em situação de violência, por meio da implantação e fortalecimento da rede de atendimento às mulheres em situação de violência, com fluxo orgânico institucionalizado e um compartilhamento de informações para o atendimento qualificado das situações de violência sexual contra a mulher (CAVALCANTI, 2016).

A Pesquisa Nacional de Saúde (IBGE, 2021) apontou que 7,5 milhões de mulheres já sofreram algum tipo de violência sexual no Brasil, o que confirma a alta magnitude deste fenômeno. O contexto do isolamento provocado pela pandemia da COVID-19 e seus impactos socioeconômicos aumentaram a exposição de mulheres à violência doméstica, que também envolve a violência sexual perpetrada pelo parceiro íntimo, agravada pelo limitado acesso a rede de serviços (PNUD, 2020).

Em virtude da magnitude e da complexidade da violência sexual, sua prevenção requer ações em diferentes níveis de atenção e capazes de impactar favoravelmente a realidade vivida pela população feminina. O modelo recomendado pelo Ministério da Saúde privilegiou, num primeiro momento, as ações de caráter emergencial, que acabam por favorecer a identificação de violências sexuais cometidas por estranhos, com ampliação gradativa das discussões em torno do tema da violência sexual de modo a abranger ações mais amplas de prevenção.

A Norma Técnica (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2012) reconhece o caráter indispensável do conhecimento, e, portanto, da informação, para os profissionais de saúde na construção de respostas às mulheres em situação de violência sexual. No entanto, diferentes estudos apontam o desconhecimento dos profissionais acerca dos procedimentos relativos ao atendimento às mulheres em situação de violência sexual, assim como a falta de informação sobre os serviços e redes disponíveis tanto pelos profissionais como pelos gestores (CAVALCANTI ET AL, 2015). A maneira como o profissional concebe a violência sexual é parte da sua própria formação e vivência como pessoa e parte integrante de suas práticas profissionais no espaço dos serviços. Nesse sentido, a disseminação da informação

assume um papel central na prevenção à violência sexual contra a mulher (WHO, 2004; PASINATO, ÁVILA, 2021).

A despeito do avanço legislativo e no campo da formulação das políticas até o ano de 2016, o Brasil viveu nos anos subsequentes uma escalada de retrocessos em relação a garantia de direitos sexuais e reprodutivos e um conservadorismo em grande escala, afetando o campo do direito à uma sexualidade livre de violência (MACHADO, 2020).

Num cenário de retorno ao enfrentamento à violência de gênero, em 2023, foram sancionadas as seguintes leis: n. 14.540, que institui o Programa de Prevenção e Enfrentamento ao Assédio Sexual e demais Crimes contra a Dignidade Sexual e à Violência Sexual no âmbito da administração pública, direta e indireta, federal, estadual, distrital e municipal; n. 14.541, que dispõe sobre a criação e o funcionamento ininterrupto de Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher; e n. 14.542 que dispõe sobre a prioridade no atendimento às mulheres em situação de violência doméstica e familiar pelo Sistema Nacional de Emprego.

## **Prevenção à violência sexual contra a mulher como parte da formação profissional**

O atendimento humanizado e qualificado às mulheres em situação de violência implica na formação continuada de agentes públicos e comunitários; no funcionamento adequado dos serviços especializados; na constituição/fortalecimento da Rede de Atendimento<sup>1</sup> a partir da articulação dos governos – federal, estadual, municipal – e da sociedade civil para o estabelecimento de uma rede de parcerias para o enfrentamento da violência contra as mulheres, no sentido de garantir a integralidade do atendimento.

As etapas do atendimento, incluindo os mecanismos de detecção, a notificação, as medidas de emergência, o acompanhamento, a reabilitação e o tratamento dos impactos da violência sexual sobre a saúde da mulher, demandam qualificação por parte dos profissionais de saúde para perceber essa problemática como um fenômeno social capaz de produzir sérios agravos à saúde das mulheres e adolescentes (BRASIL, 2012).

Apesar do avanço conceitual na organização formal da atenção às mulheres em situação de violência sexual, é no espaço dos serviços, que os profissionais de saúde protagonizam um conjunto diferenciado de práticas capazes ou não de romper com as estruturas e mecanismos de fragmentação do cuidado.

A pesquisa “Análise comparativa da abordagem às violências sexuais contra a mulher na formação profissional na área da saúde em diferentes universidades”, desenvolvida no período de 2017 a 2020 pelo “Grupo de Pesquisa e Extensão Prevenção da Violência Sexual”, da Escola de Serviço Social (ESS) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), apontou que, embora haja um reconhecimento do diálogo das formações profissionais estudadas (Serviço Social, Psicologia, Medicina e Enfermagem) com o campo dos Direitos Humanos e com os princípios e diretrizes do Sistema Único de Saúde (SUS), a materialização de conteúdos curriculares obrigatórios incorporam de modo insuficiente o tema da violência

---

<sup>1</sup> O conceito de Rede de Atendimento às Mulheres em Situação de Violência refere-se à atuação articulada entre as instituições/serviços governamentais, não governamentais e a comunidade, visando a ampliação e melhoria da qualidade do atendimento; a identificação e o encaminhamento adequado das mulheres em situação de violência; e o desenvolvimento de estratégias efetivas de prevenção (BRASIL, 2011).

sexual contra a mulher, como uma das expressões da violência de gênero e violação de Direitos Humanos. Os quatro cursos estudados têm importante inserção na área da saúde, o que requisita a aproximação entre o ensino e o trabalho em saúde capaz de produzir posturas na atuação diante das necessidades da população no SUS (OLIVEIRA, BALARD, CUTOLO, 2013).

De acordo com os três segmentos estudados (docentes, discentes e gestores), os campos de estágio dos cursos estudados, especialmente os que integram projetos de extensão, foram apontados como possibilidades concretas de abordagem teórico-prática do tema da violência sexual na formação profissional, embora haja uma abordagem diferenciada no currículo associada aos perfis profissionais e à respectiva aproximação dos cursos com a atenção integral em saúde. Por outro lado, também foi apontada a dificuldade de inserção dos estudantes em pesquisas acerca do tema. Um limite ainda presente nas estruturas curriculares dos cursos da saúde é a não inclusão da perspectiva interseccional na análise do fenômeno. Entre os desafios apontados pela pesquisa encontra-se a necessidade de formação no campo dos direitos sexuais e reprodutivos como parte dos Direitos Humanos e a adequação da formação profissional à realidade da saúde da população.

As experiências de execução de políticas de enfrentamento à violência sexual contra a mulher no contexto das universidades públicas brasileiras, seja através de serviços de atendimento à população feminina local (unidade de saúde e centro de referência) ou na implementação de estratégias de enfrentamento à violência sexual no contexto da própria universidade, ainda são pouco conhecidas (MAITO *et al*, 2019).

É importante ressaltar o contexto recente de intenso debate nas universidades sobre as violências sexuais ocorridas nestes espaços, decorrente da visibilidade do tema proporcionada pelos coletivos feministas de alunas, pesquisas (INSTITUTO AVON, DATA POPULAR, 2015), blogs, seminários e grupos de trabalho.

Diante dos resultados apontados na pesquisa sobre a formação profissional, da escassez de produção acerca do tema e do papel estratégico das universidades no enfrentamento à violência sexual, o presente estudo pretende analisar comparativamente as estratégias de enfrentamento à violência sexual contra a mulher no contexto das universidades públicas brasileiras.

A formação profissional deve ser norteada pelos princípios de criticidade, competência e compromisso com a democracia e a cidadania. Nesse sentido, os profissionais devem estar capacitados, sob o ponto de vista teórico, político e técnico, a investigar, formular, gerir, executar, avaliar e monitorar políticas sociais, programas e projetos em diferentes áreas, aí incluída a prevenção da violência sexual contra a mulher.

A inserção no “Grupo de Pesquisa e Extensão Prevenção da Violência Sexual” vem permitindo a aproximação com a rede de serviços das diferentes políticas públicas, com as demandas vivenciadas no cotidiano profissional e com as estratégias adotadas pelos diferentes profissionais e gestores no atendimento às mulheres em situação de violência sexual.

Essa inserção qualifica a formação profissional do estudante para a futura atuação em instituições públicas, privadas, em organizações não governamentais e junto aos movimentos populares na área da violência de gênero.

Nesse sentido, a extensão universitária é compreendida como ação política, estratégia democratizante e metodologia voltada aos problemas sociais, ou seja, como um processo que

consolida a aproximação da produção de conhecimento e da formação profissional à diversidade de situações sociais, na qual os futuros profissionais poderão atuar como integrantes das equipes multiprofissionais. A violência sexual contra a mulher passa então a ser um dos problemas sociais enfrentados cotidianamente pelos profissionais de saúde e pelos profissionais das demais políticas públicas.

Sua concepção e implementação vem sendo respaldada por um arcabouço teórico-metodológico advindo das ciências sociais e humanas, com ênfase nas discussões relativas à saúde e aos direitos sexuais e reprodutivos. Sua atuação permite viabilizar e fortalecer o compromisso da universidade pública em atender demandas reais e emergentes diante um problema de alta magnitude.

A trajetória do “Grupo de Pesquisa e Extensão Prevenção da Violência Sexual”, baseia-se no princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão (FÓRUM DE PRÓ-REITORES DAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO SUPERIOR BRASILEIRAS, 2012), através de um processo interdisciplinar educativo, cultural, científico e político que promove a interação transformadora entre a universidade e os outros setores da sociedade.

A articulação com o ensino vem ocorrendo nos níveis de graduação e pós-graduação (residências, mestrado, doutorado e pós-doutorado), envolvendo diferentes cursos (Serviço Social, Psicologia, Medicina, Enfermagem, Odontologia, Jornalismo, entre outros) da UFRJ, campos de estágio profissional, além de outras universidades, institutos de pesquisa e organizações não governamentais.

O Grupo de Pesquisa e Extensão também vem possibilitando a participação contínua de docentes e discentes no processo de qualificação das ações municipais e estaduais, em diferentes localidades no campo da prevenção à violência sexual, e contribuindo com a consolidação das ações públicas de prevenção à violência sexual contra a mulher. Nesse sentido, não se limita ao espaço físico da dimensão tradicional do ensino, mas compreende todos os espaços, dentro e fora da universidade, em que se realiza o processo histórico-social com suas múltiplas determinações, trabalhando conteúdos interdisciplinares decorrentes da prática.

Até 2021, as ações do Grupo de Pesquisa e Extensão produziram 15 pesquisas já realizadas, possibilitando a produção de conhecimento na interface universidade/comunidade, priorizando metodologias participativas e conhecimentos que impactassem no atendimento no âmbito dos serviços das várias política públicas envolvidas na rede intra e intersetorial na atenção às mulheres em situação de violência sexual.

Essas pesquisas podem ser agrupadas em seis conjuntos: 1. Diferentes expressões da violência de gênero, com ênfase na violência sexual, na perspectiva dos direitos sexuais e reprodutivos; 2. Avaliação de políticas públicas, serviços e ações relacionadas à atenção de crianças, adolescentes e mulheres em situação de violência sexual nas várias instâncias governamentais; 3. Construção de indicadores de avaliação e monitoramento de políticas públicas na área da saúde, educação e segurança pública; 4. Produção de conhecimento na área da prevenção à violência sexual numa perspectiva comparada. 5. Violência sexual e formação profissional na área da saúde; e 6. Enfrentamento à violência sexual no contexto das universidades públicas brasileiras.

Além da perspectiva interdisciplinar com que o tema da violência sexual vem sendo abordado nas ações de extensão, articuladas ao ensino e à pesquisa, onde participam estu-

dantes, docentes e profissionais de diferentes formações, as atividades são dirigidas aos profissionais e gestores das diferentes áreas de políticas públicas com distintas formações. O processo de construção das atividades e os espaços de divulgação também sintetizam o conhecimento acerca da abordagem do fenômeno.

Do ponto de vista do crescimento pessoal e cidadão, a inserção no projeto permite: o intercâmbio de experiências nacionais; a ampliação da vivência acadêmica através da articulação ensino, pesquisa e extensão; a produção e veiculação de conteúdo educativo; a produção de textos; a participação junto ao movimento organizado de mulheres; e a participação em eventos diversificados.

O primeiro material educativo produzido coletivamente pelo Grupo de Pesquisa e Extensão foi o “Álbum seriado Prevenção da violência sexual”, para utilização em diferentes contextos (unidades de saúde, escolas, entre outros), composto de informações sobre a prevenção da violência sexual contra a mulher para utilização pelos profissionais com diferentes grupos de usuários dos serviços. Esse material foi publicado em cinco edições e distribuído para todas as unidades públicas de saúde do Município e do Estado do Rio de Janeiro. Também foi distribuído em escolas municipais do Estado do Rio de Janeiro na execução do Projeto de Extensão “Escola que Protege”.

Outra experiência exitosa foi o desenvolvimento do site <http://www.prevencaoaviolenciasexual.ess.ufjf>, que durante dez anos disseminou informações sobre o enfrentamento à violência sexual contra a mulher.

Considerando a intensificação da utilização das tecnologias da informação, através do uso dos dispositivos móveis em diferentes setores das políticas públicas que permitem uma maior conectividade, e a importância do desenvolvimento de redes e da ampliação de acesso a serviços prestados aos diferentes grupos populacionais, na área da violência de gênero, diferentes aplicativos foram produzidos nos últimos anos na América Latina voltados às mulheres em situação de violência de gênero com enfoque na proteção. No entanto, há uma lacuna na produção de dispositivos voltados aos estudantes, pesquisadores, profissionais e gestores, em relação às diferentes expressões da violência de gênero.

A complexidade relacionada às situações de violência sexual requisita uma abordagem multiprofissional capaz de prevenir, detectar e abordar em diferentes momentos, o que implica em acesso simplificado a informações atualizadas.

Neste cenário, foi desenvolvido o aplicativo “EVISU - Informações sobre o enfrentamento à violência sexual contra a mulher”, em parceria com a Universidade de Fortaleza. Este aplicativo foi idealizado e desenvolvido por uma equipe interdisciplinar, marcada pela presença de estudantes e profissionais das áreas de Serviço Social, Enfermagem, Propaganda e Publicidade e Tecnologia da Informação.

O aplicativo, disponível para iOS e Android, é uma ferramenta de interface simples, original e pioneira na disseminação de informação sobre o tema da violência sexual. Considerando a complexidade do fenômeno, fica evidente a importância de um instrumento de fácil manejo que forneça informações de múltiplas formas para aqueles implicados no atendimento às mulheres em situação de violência sexual.

Dados do Rastreador Global de Resposta à COVID-19 com viés de gênero (PNUD, 2020) apontam que os governos de 135 países vêm concentrando seus esforços contra a COVID-19 relacionados ao gênero principalmente na prevenção e/ou na resposta à violência contra mulheres, cujos esforços concentram-se no reforço de serviços essenciais,



como abrigos, linhas de apoio e outros mecanismos de denúncia. No entanto, apenas 48 países, menos de um quarto dos analisados, trataram os serviços relacionados com violência contra mulheres como parte de seus planos nacionais e locais de resposta à COVID-19 com pouco financiamento adequado para essas medidas.

Diante do cenário pandêmico, que limitou as atividades em caráter excepcional, o Grupo de Pesquisa e Extensão, cumprindo as diretrizes institucionais e instrumentos jurídicos voltados à proteção da comunidade universitária, vem construindo coletivamente um conjunto de atividades produzidas e disseminadas remotamente com maior acessibilidade (tradução para libras, vídeo descrição e #PraCegoVer).

Até o presente momento, foram produzidos, mensalmente, 20 webinários da Série “Aproximações Interdisciplinares” sobre temas relacionados aos debates de gênero, masculinidades e violências contra as mulheres, contando com a participação dos docentes, técnico-administrativos, estudantes e profissionais integrantes do Grupo, bem como de pesquisadores de variadas instituições e integrantes da sociedade civil. Essa iniciativa foi acompanhada da produção de duas edições do Manual de Webinários (CAVALCANTI ET AL., 2020; CAVALCANTI, FARIAS, 2022), tendo como objetivo contribuir para a organização de seminários *online* como estratégia de divulgação e promoção de debates que envolvam a comunidade acadêmica e a sociedade em geral em ambientes virtuais. Essa iniciativa exitosa vem potencializando a articulação ensino, pesquisa e extensão, construindo um acervo para consulta (YouTube) e, também, sendo replicada em outros contextos.

Outra iniciativa do Grupo de Pesquisa e Extensão, iniciada no período de isolamento social, foi o Programa de Rádio “Prevenção em Foco”, que propõe debater mensalmente assuntos relativos a gênero, sexualidade, violência, políticas públicas, legislação, saúde, raça e outros temas que atravessam esse campo. Por meio de entrevistas, em um “bate-papo dinâmico”, pesquisadores/as, professores/as, servidores/as e ativistas apresentam e discutem novas visões e ideias para o debate. Essa iniciativa foi selecionada pelo Edital da Rádio UFRJ destinado a veicular conteúdos radiofônicos em diversas plataformas da Rádio UFRJ (Spotify, Deezer, Google etc).

Além dessas iniciativas, a produção e divulgação sistemática e convergente de informações sobre a prevenção da violência sexual em diferentes contextos vem ocorrendo através das redes sociais do Grupo de Pesquisa e Extensão (Instagram, Facebook e YouTube) e da participação na Rede Nacional de Combate à Desinformação, permitindo um maior alcance no cumprimento dos objetivos propostos. Essa iniciativa também foi sistematizada através do Protocolo de Gerenciamento de Redes (CAVALCANTI, FARIAS, 2022).

## **Considerações Finais**

Considera-se que as atividades de pesquisa e extensão desenvolvidas de modo articulado ao longo da trajetória de mais de duas décadas do “Grupo de Pesquisa e Extensão Prevenção da Violência Sexual” vêm favorecendo a integração entre diferentes áreas de conhecimento, a construção de posicionamentos críticos sobre a temática da violência sexual e o alargamento das fronteiras da inserção na universidade, fundamentais para o amadurecimento na formação profissional. Também têm contribuído para o conhecimento acerca de futuras áreas de atuação profissional, formando alunos mais críticos e comprometidos profissional e eticamente com o campo dos direitos sexuais e reprodutivos.

O conjunto diversificado de atividades voltadas à informação sobre a prevenção da violência sexual a disposição de estudantes, profissionais e gestores, numa perspectiva multidisciplinar, interdisciplinar e intersetorial, vem se constituindo como uma estratégia eficaz para a incorporação do tema da violência sexual nas ações das políticas públicas, bem como contribuído para a melhoria das ações profissionais.

A despeito dos limites orçamentários das universidades públicas e do necessário enfrentamento a uma agenda conservadora em relação aos direitos sexuais e reprodutivos é indispensável o compromisso com a construção da formação cidadã.

Levando em conta a experiência do “Grupo de Pesquisa e Extensão Prevenção da Violência Sexual” acerca das políticas de enfrentamento à violência sexual contra a mulher no contexto das universidades públicas brasileiras, a coordenação do Grupo de Pesquisa e Extensão participou da construção da “Política institucional de valorização dos Direitos Humanos e enfrentamento às diferentes expressões da violência no âmbito da UFRJ”, após a UFRJ ter aderido ao “Pacto de Cooperação pelo enfrentamento às violências contra as mulheres na cidade do Rio de Janeiro”. Nesse contexto, o Aplicativo EVISU - Informações sobre o enfrentamento à violência sexual contra a mulher, já utilizado como meio de difusão da informação desde 2012, soma-se a iniciativa da Ouvidoria da Mulher, contribuindo com a formação e qualificação profissional, bem como para a visibilidade sobre o tema.

Espera-se que a possibilidade de replicação das experiências relatadas e de capilaridade em outros contextos sirvam de desafios para os diferentes os segmentos das universidades públicas na articulação entre ensino, pesquisa e extensão.

## Referências

BRASIL. *Lei n. 12.845 de 1º de agosto de 2013*. Dispõe sobre o atendimento obrigatório e integral de pessoas em situação de violência sexual. Brasília, DF: Presidência da República, 2013A. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2013/lei/112845.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/112845.htm). Acesso em: 30 jul. 2023a.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. *Prevenção e tratamento dos agravos resultantes da violência sexual contra mulheres e adolescentes: norma técnica* / Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. – 3. ed. atual. e ampl. Brasília: Ministério da Saúde, 2012. Disponível em: [https://bvsm.sau.gov.br/bvs/publicacoes/prevencao\\_agravo\\_violencia\\_sexual\\_mulheres\\_3ed.pdf](https://bvsm.sau.gov.br/bvs/publicacoes/prevencao_agravo_violencia_sexual_mulheres_3ed.pdf). Acesso em: 30 jul. 2023a.

BRASIL. Secretaria de Políticas para as Mulheres. *Plano Nacional de Políticas para as Mulheres*. 2013. Brasília: Secretaria de Políticas para as Mulheres. 2013. Disponível em: [https://oig.cepal.org/sites/default/files/brasil\\_2013\\_pnpm.pdf](https://oig.cepal.org/sites/default/files/brasil_2013_pnpm.pdf). Acesso em: 30 jul. 2023b.

BRASIL. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM). *Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres*. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2011. Disponível em: <file:///Users/ludmilafontenele/Downloads/politica-nacional-enfrentamento-a-violencia-versao.pdf>. Acesso em: 30 jul. 2023.

CAVALCANTI L.F. Violência contra a mulher: avanços, limites e desafios da abordagem do fenômeno nos serviços de saúde. In: VIEIRA, L.J.E.S.; MOREIRA, D.P.; LIRA, S.V.G. (Org.). *Enfrentamento às violências: sujeitos, estratégias e contextos*. Fortaleza: Editora da Universidade Estadual do Ceará - EdUECE, 2016, v. 1, p. 31-56. Disponível em: <https://www.uece.br/eduece/wp-content/uploads/sites/88/2013/07/ENFRENTAMENTO-AS-VIOLENCIAS-ebook.pdf>. Acesso em: 30 jul. 2023.

CAVALCANTI, L. F.; MOREIRA, A.R.; VIEIRA, L. J. E. S. ; SILVA, R.M. Implementação da atenção em saúde às violências sexuais contra as mulheres em duas capitais brasileiras. *Saúde em debate*, v. 39, p. 1079-1091, 2015. Disponível em <https://www.scielo.br/j/sdeb/a/HpxbGhRhsp37HFMd96qtXz/abstract/?lang=pt>: Acesso em: 30 jul. 2023.

CAVALCANTI, L.F. (Coord.). n/a et al. *Manual para produção de webinários*. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2020, 2ª edição. Disponível em: [https://pantheon.ufrj.br/bitstream/11422/13097/3/ManualProdu%0c3%0a7%0c3%0a3oWebin%0c3%0a1rios\\_2versao.pdf](https://pantheon.ufrj.br/bitstream/11422/13097/3/ManualProdu%0c3%0a7%0c3%0a3oWebin%0c3%0a1rios_2versao.pdf). Acesso em: 30 jul. 2023.

CAVALCANTI, L.F.; FARIAS, P.S. *Protocolo de gerenciamento de redes sociais*. Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Escola de Serviço Social. Rio de Janeiro, 2022. Disponível em: <https://pantheon.ufrj.br/bitstream/11422/16256/1/Protocolo%20de%20Gerenciamento%20das%20Redes.pdf>. Acesso em 30 jul. 2032.

CAVALCANTI, L.F.; FLACH DURA, R.M.; FARIAS, R.S. Atenção às mulheres em situação de violência sexual nos serviços de saúde do Estado do Rio de Janeiro. *O Social em Questão*, Rio de Janeiro, v. 28, p. 99-124, 2012. Disponível em: <http://osocialemquestao.ser.puc-rio.br/media/6artigo.pdf>. Acesso em: 30 jul. 2023.

COMISIÓN ECONÓMICA PARA AMÉRICA LATINA Y EL CARIBE (CEPAL); OFICINA REGIONAL PARA AMÉRICA LATINA Y EL CARIBE DEL FONDO DE POBLACIÓN DE LAS NACIONES UNIDAS (UNFPA). *Los riesgos de la pandemia de COVID-19 para el ejercicio de los derechos sexuales y reproductivos de las mujeres*, 2020. Disponível em: <https://www.cepal.org/es/publicaciones/46483-riesgos-la-pandemia-covid-19-ejercicio-derechos-sexuales-reproductivos-mujeres>. Acesso em nov. 2020.

CORRÊA, S. A “política do gênero”: um comentário genealógico. *Cad. Pagu*, Debate, n. 53, 2018. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8653407/18506>. Acesso em: 30 jul. 2023.

DAVIS, A. *Mulheres, raça e classe*. São Paulo: Boitempo, 2016. Disponível em: [https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4248256/mod\\_resource/content/0/Angela%20Davis\\_Mulheres%2C%20raca%20e%20classe.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4248256/mod_resource/content/0/Angela%20Davis_Mulheres%2C%20raca%20e%20classe.pdf). Acesso em 30 jul. 2023.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. *Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2018-2021*. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública. 2022. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2019/03/Anuario-Brasileiro-de-Seguranc%CC%A7a-Pu%CC%81blica-2018.pdf>. Acesso em: 30 jul. 2023.

FÓRUM DE PRÓ-REITORES DAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO SUPERIOR BRASILEIRAS. *Política Nacional de Extensão Universitária*. 2012. Disponível em: <https://proex.ufsc.br/files/2016/04/Pol%C3%ADtica-Nacional-de-Extens%C3%A3o-Universit%C3%A1ria-e-book.pdf>. Acesso em 30 jul. 2023.

IBGE. *Pesquisa Nacional de Saúde*. 2021.

INSTITUTO AVON, DATA POPULAR. *Violência contra a mulher no ambiente universitário*. 2015. Disponível em: [https://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2015/07/Pesquisa-Instituto-Avon\\_V9\\_FINAL\\_Bx-2015-1.pdf](https://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2015/07/Pesquisa-Instituto-Avon_V9_FINAL_Bx-2015-1.pdf). Acesso em 30 jul. 2023.

MACHADO, M.D.C. O Neoconservadorismo cristão no Brasil e na Colômbia. In: BIROLI, F. (Org.). *Gênero, neoconservadorismo e democracia: disputas e retrocessos na América Latina*. São Paulo: Boitempo, 2020, p. 83-133.

MAITO, D.C.; PANÚNCIO-PINTO, M.P.; SEVERI, F.C.; VIEIRA, E.M. Construção de diretrizes para orientar ações institucionais em casos de violência de gênero na universidade. *Interface (Botucatu)*. 2019; 23: e180653. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/icse/a/NyCb9wTJ8YfxBqDmNvbFF9K/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 30 jul. 2023.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). *Relatório Mundial de Violência e Saúde*. Geneva: OMS, 2002.

PASINATO, W.; ÁVILA, T.P. Falando de prevenção no Brasil e na Austrália: Abordagens primária, secundária e terciária. In: ÁVILA, T.P.; YAMAMOTO, A.; FARIA, C.E.; MCCULLOCH, J.; CARRINGTON, K. (Org.). *Reflexões sobre políticas de prevenção à violência de gênero contra mulheres e meninas: debates no Brasil e na Austrália*. DF: ONU Mulheres: MPDFT, 2021, p. 69 – 79. Disponível em: [https://www.mpdft.mp.br/portal/pdf/nucleos/nucleo\\_genero/Reflexoes\\_Brasil\\_Australia.pdf](https://www.mpdft.mp.br/portal/pdf/nucleos/nucleo_genero/Reflexoes_Brasil_Australia.pdf). Acesso em: 30 jul. 2023.

POUGY, L.G. Prefácio. Violência sexual contra a mulher. In: *Violência sexual contra a mulher: abordagens, contexto e desafios*. Ludmila Fontenele Cavalcanti (Org.), 2022. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2022, p. 7-1. Disponível em: [https://pantheon.ufrj.br/bitstream/11422/17171/1/ebook\\_Violencia-sexual-contra-a-mulher\\_1ed\\_2022.pdf](https://pantheon.ufrj.br/bitstream/11422/17171/1/ebook_Violencia-sexual-contra-a-mulher_1ed_2022.pdf). Acesso em: 30 jul. 2023.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD/BRASIL). *PNUD e ONU Mulheres lançam o rastreador global de resposta à COVID-19 com viés de gênero*. Disponível em: <https://www.undp.org/pt/brazil/news/pnud-e-onu-mulheres-lan%C3%A7am-o-rastreador-global-de-reposta-%C3%A0-covid-19-com-vi%C3%A9s-de-g%C3%AAnero>. Acesso em 09 out 2020.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. *Preventing violence: a guide to implementing the recommendations of the World report on violence and health*. 2004. Disponível em: <https://apps.who.int/iris/bitstream/handle/10665/43014/9241592079.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 30 jul. 2023.